



**Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à
Literatura**

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2012 e 2011**



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da
Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, da mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poeisis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 15 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Miola Montesani
Contador CRC 1SP216003/O-2

Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em Reais)

Ativo	Nota	31/12/2012	31/12/2011	Passivo	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa		56.792	3.806	Projetos a executar	6	11.332.058	12.737.095
Recursos vinculados a projetos	4	15.125.222	16.171.573	Contas a Pagar	7	1.242.096	752.613
Despesas antecipadas		262.005	65.061	Obrigações Tributárias		291.501	162.207
Outros créditos		<u>30.611</u>	<u>38.841</u>	Obrigações Trabalhistas	8	869.588	1.401.025
Total do ativo circulante		<u>15.474.630</u>	<u>16.279.281</u>	Provisão de Férias e Encargos		<u>1.678.768</u>	<u>1.218.518</u>
Recursos vinculados a projetos	4	3.177.456	2.702.097	Total do passivo circulante		<u>15.414.011</u>	<u>16.271.458</u>
Depósitos judiciais		16.312		Provisão para contingências	9	66.148	-
Imobilizado	5	<u>970.686</u>	<u>1.035.346</u>	Obrigações com o Estado - Fundo de reserva	6	3.177.456	2.702.097
Total do ativo não circulante		<u>4.164.454</u>	<u>3.737.443</u>	Obrigações com o Estado - Imobilizado	6	<u>970.686</u>	<u>1.035.346</u>
				Total do passivo não circulante		<u>4.214.290</u>	<u>3.737.443</u>
				Patrimônio líquido	11		
				Patrimônio social		7.823	-
				Superávit do exercício		<u>2.960</u>	<u>7.823</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>10.783</u>	<u>7.823</u>
Total do ativo		<u>19.639.084</u>	<u>20.016.724</u>	Total do passivo		<u>19.639.084</u>	<u>20.016.724</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2012	2011 (Reclassificado)
Receitas operacionais			
Recursos de Contratos de Gestão	12	41.207.380	32.330.377
Recursos de Convênios	12	1.827.346	2.146.507
Receitas Financeiras	12	1.199.122	859.978
Receitas Próprias	12	<u>52.960</u>	<u>8.096</u>
Total de receitas	12	<u>44.286.808</u>	<u>35.344.958</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	13	(22.463.490)	(17.229.156)
Gerais e administrativas	14	(3.093.039)	(2.817.468)
Serviços profissionais	15	(7.046.532)	(5.927.112)
Despesas financeiras		(331.914)	(73.259)
Depreciação e amortização		(409.917)	(517.965)
Despesas com produção cultural	16	(9.490.536)	(6.386.834)
Despesas divulgação e comunicação		(597.302)	(527.029)
Despesas com Biblioteca de São Paulo		-	(1.857.678)
Baixas do imobilizado	5	(831.171)	-
Outras despesas		<u>(19.947)</u>	<u>(634)</u>
		<u>(44.283.848)</u>	<u>(35.337.135)</u>
Superávit do exercício		<u>2.960</u>	<u>7.823</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em Reais)

	2012	2011
Superávit do exercício	<u>2.960</u>	<u>7.823</u>
Superávit abrangente total	<u><u>2.960</u></u>	<u><u>7.823</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em Reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2011	-	-	-
Superávit do exercício 2011	-	7.823	7.823
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	7.823	7.823
Transferência para para o patrimônio social	7.823	(7.823)	
Superávit do exercício 2012	-	2.960	2.960
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>7.823</u>	<u>2.960</u>	<u>10.783</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em Reais)

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	2.960	7.823
Ajustes por:		
Baixa de imobilizado	831.171	2.222.900
Ajustes retrospectivos	-	(1.907.826)
Depreciação e amortização	409.917	517.965
Contingências	66.148	-
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	570.992	(9.114.040)
Estoques	-	25.067
Outros créditos	(205.026)	(28.189)
Aumento/(redução) nos passivos em		
Projetos a executar	(994.338)	9.505.932
Obrigações trabalhistas	(531.437)	(354.019)
Outras contas a pagar	1.079.027	(572.774)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>1.229.414</u>	<u>302.839</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	<u>(1.176.428)</u>	<u>(299.116)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	<u>(1.176.428)</u>	<u>(299.116)</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	52.986	3.723
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>3.806</u>	<u>83</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>56.792</u>	<u>3.806</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura (“Poiesis” ou “Organização Social”), anteriormente denominada Associação dos Amigos da Casa das Rosas, da Língua e Literatura - Poiesis, entidade civil sem fins lucrativos, tem objetivos de natureza sociocultural, literária, artística e museológica, consubstanciados na colaboração técnica, material e financeira para administrar equipamentos culturais e gerenciar programas e projetos museológicos e de incentivo à literatura, e a partir de 5 de julho de 2010, mediante aprovação em Assembléia de Associados e do seu Conselho de Administração, administrar equipamentos educacionais e desenvolver e gerenciar programas ligados a formação e difusão.

Em 19 de junho de 2008, o Vice-governador, no exercício do cargo de Governador do Estado, por meio do Parecer nº 0783/08, qualificou a Poiesis como uma “organização social da área da cultura”, com publicação no Diário Oficial em 20 de julho de 2008.

Considerada uma entidade sem fins lucrativos, a Poiesis é isenta de contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal.

Atualmente a Poiesis é responsável pela operação de diversos equipamentos e programas culturais por força de Contratos de Gestão firmados com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e de Convênios firmados com o Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo (Fussesp) e com a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo as disposições da Resolução CFC nº 1.409/12, que aprova a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, e consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da renovação dos convênios e contratos de gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva em 14 de março de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Organização Social.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3 (d) - determinação da vida útil do ativo imobilizado;
- Nota 9 – provisão para contingências.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Organização Social reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Organização Social se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Organização Social tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Organização Social gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Organização Social. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Organização Social se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A

Organização Social baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2012 e 2011.

b. Apuração do superávit ou déficit e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 – Subvenção e assistências governamentais. O superávit do exercício de 2011 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais e estatutárias uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução CFC no.926/01, que aprovou a NBC T 10.19, em especial no item 10.19.2.7 que assim dispõe: “o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício enquanto não aprovado pela assembléia dos associados e após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta do Patrimônio Social”

Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura, Convênios com Órgãos Públicos e Lei Rouanet, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao crédito de caixa e equivalentes de caixa e, nesse mesmo momento, as receitas são reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos a executar.
- **Rendimento de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de projetos a executar no passivo circulante.

c. Apuração do superávit ou déficit e reconhecimento das receitas vinculadas

Recursos vinculados compreendem os valores recebidos pela Organização Social e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em seus respectivos contratos. Tais recursos possuem como contrapartida a conta de projetos a executar.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

ii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- | | |
|---|---------|
| • Móveis e utensílios | 10 anos |
| • Máquinas e equipamentos | 10 anos |
| • <i>Software</i> | 5 anos |
| • Equipamentos de informática e comunicação | 5 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Organização Social tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

g. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

h. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

i. Gerenciamento de risco financeiro

A Organização Social apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Organização Social apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Organização Social, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 17.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Organização Social são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Organização Social.

j. Reclassificação entre contas de despesas

Para melhor apresentação das demonstrações de superávits, efetuamos a reclassificação entre as contas de despesas administrativas, serviços profissionais, produção cultural e divulgação e comunicação, conforme demonstrado abaixo:

Despesas \ Receitas operacionais	31/12/2011 - Publicado	31/12/2011 - Reclassificado	Reclassificações
Despesas com pessoal	(17.229.156)	(17.229.156)	-
Gerais e administrativas	(2.870.316)	(2.817.468)	(52.848)
Serviços profissionais	(6.170.494)	(5.927.112)	(243.382)
Despesas financeiras	(73.892)	(73.259)	(633)
Depreciação e amortização	(517.965)	(517.965)	-
Despesas com produção cultural	(6.617.001)	(6.386.834)	(230.167)
Despesas divulgação e comunicação	-	(527.029)	527.029
Despesas com Biblioteca de São Paulo	(1.857.678)	(1.857.678)	-
Outras despesas	(633)	(634)	1
	<u>(35.337.135)</u>	<u>(35.337.135)</u>	<u>-</u>

4 Recursos vinculados a projetos

	2012	2011
Caixa e Depósitos à vista	12.163	869.304
Aplicações financeiras	<u>18.290.515</u>	<u>18.004.366</u>
	<u>18.302.678</u>	<u>18.873.670</u>
Ativo circulante	15.125.222	16.171.573
Ativo não circulante	<u>3.177.456</u>	<u>2.702.097</u>
	<u>18.302.678</u>	<u>18.873.670</u>

O saldo em caixa é representado por fundos de caixa para pequenas despesas mantidos nas diversas unidades administradas pela Organização Social.

O saldo de “depósitos a vista” é representado por contas-correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas de 90% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os recursos vinculados a projetos refere-se substancialmente a recursos recebidos pela Organização Social que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e em passivos relacionados a estes projetos, conforme mencionados nas Notas Explicativas nº 6, 7 e 8.

5 Ativo imobilizado

	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	2012 Líquido	2011 Líquido (reclassificado)
Equip. Process. de Dados	20%	108.199	(17.789)	90.410	2.791
Computadores e Periféricos	20%	238.990	(62.772)	176.218	186.548
Equip. Telecomunicação	10%	19.576	(1.478)	18.098	12.007
Equip. Som / Luz	20%	190.743	(27.541)	163.202	1.065
Instalações	10%	22.330	(530)	21.800	-
Máquinas e Equipamentos	10%	49.748	(2.538)	47.210	8.302
Móveis e Utensílios	10%	280.412	(17.947)	262.465	141.447
Equip. Audio e Video	20%	182.211	(38.496)	143.715	651.801
Software	20%	59.171	(11.603)	47.568	31.385
		<u>1.151.380</u>	<u>(180.694)</u>	<u>970.686</u>	<u>1.035.346</u>

No exercício de 2012 ocorreram devoluções de imobilizado e intangíveis no valor líquido de R\$ 831.171, correspondentes ao Contrato de Gestão 27/2008 encerrado em 30 de junho de 2012.

Movimentação do ativo imobilizado

	Saldo em 31/12/2011 (reclassificado)	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2012
Equip. Process. de Dados	2.791	117.665	(10.635)	(19.411)	90.410
Computadores e Periféricos	186.548	124.699	(59.700)	(75.329)	176.218
Equip. Telecomunicação	12.007	28.710	(17.591)	(5.028)	18.098
Equip. Som / Luz	1.065	199.865	(9.170)	(28.558)	163.202
Instalações	-	46.130	(22.279)	(2.051)	21.800
Máquinas e Equipamentos	8.302	50.345	(8.392)	(3.045)	47.210
Móveis e Utensílios	141.447	256.051	(103.135)	(31.898)	262.465
Equip. Audio e Video	651.801	312.383	(589.268)	(231.201)	143.715
Software	31.385	40.580	(11.001)	(13.396)	47.568
	<u>1.035.346</u>	<u>1.176.428</u>	<u>(831.171)</u>	<u>(409.917)</u>	<u>970.686</u>

6 Projetos a executar

Saldo Inicial da Conta	16.474.538	6.968.606
Repasses recebidos por meio dos contratos de gestão		
Contrato de Gestão nº 27/2008	5.000.000	9.101.854
Contrato de Gestão nº 30/2008	-	700.000
Contrato de Gestão nº 44/2010	20.325.000	22.084.800
Contrato de Gestão nº 07/2011	12.125.946	8.600.000
Contrato de Gestão nº 05/2012	3.314.716	-
Captações (doações, bilheteria, aluguel)	460.927	898.682
	<u>41.226.589</u>	<u>41.385.336</u>
Repasses recebidos por meio dos convênios		
Espaço de Leitura CV.2011	469.018	930.708
Fussesp - Capacitação/Artesão	587.238	1.576.382
Espaço de Leitura CV. 286/2012	1.201.783	0
PRONAC 117378	-	300.000
	<u>2.258.039</u>	<u>2.807.090</u>
Receitas financeiras	<u>1.199.122</u>	<u>859.978</u>
Sub-total	61.158.288	52.021.010
Ajustes retrospectivos	-	1.907.826
Contingências	(16.148)	-
Encerramento Fussesp - Capacitação/Artesão	(498.402)	-
Encerramento Espaço de Leitura CV.2011	(106.327)	-
Encerramento Contrato de Gestão no. 30/2008	-	(2.117.436)
Encerramento Contrato de Gestão no. 27/2008	(770.404)	-
	<u>(1.391.281)</u>	<u>(209.610)</u>
Receita de repasses de Contratos e receitas financeiras apropriadas durante o exercício	(42.406.502)	(33.190.355)
Receita próprias de projetos	(52.960)	-
Receita de repasses de Convênios apropriada durante o exercício	(1.827.346)	(2.146.507)
	<u>(44.286.808)</u>	<u>(35.336.862)</u>
Saldo final da conta em 31 de Dezembro 2012 / 2011	<u>15.480.200</u>	<u>16.474.538</u>

a. Contrato de Gestão – 27/2008

Em 1º de julho de 2008, a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e a Poesis celebraram o Contrato de Gestão nº 27/2008, que tem por objetivo fomentar a operacionalização da gestão e execução dos serviços prestados na área cultural, relacionados às unidades Museu da Língua Portuguesa, Casa das Rosas e Casa Guilherme de Almeida, por um período de quatro anos.

Pela prestação de serviços, objeto deste contrato, será repassada ao Instituto a importância global estimada de R\$ 36.760.111, distribuída da seguinte forma nos exercícios:

Repasses do Contrato de Gestão nº 27/2008	Recebidos	A Receber	Total
2008	4.670.000	-	4.670.000
2009	9.420.497	-	9.420.497
2010	8.567.760	-	8.567.760
2011	9.101.854	-	9.101.854
2012	5.000.000	-	5.000.000
Encerramento de gestão*	(770.404)	-	(770.404)
	<u>35.989.707</u>	<u>-</u>	<u>35.989.707</u>

* Devolução de repasse efetuado em virtude do encerramento do contrato de gestão.

Dos recursos previstos para serem liberados no exercício de 2010, R\$ 213.156 ocorreram somente em janeiro de 2011.

A vigência do Contrato de Gestão encerrou regularmente em 30 de junho de 2012, quando foram devolvidos a Secretaria do Estado da Cultura todos os bens do imobilizado e do intangível adquiridos com recursos vinculados ao Contrato, ao custo histórico, respectivamente, de R\$ 1.480.309,35 e R\$ 25.623,53, e recursos monetários da ordem de R\$ 770.404,00 (a transferência de fundos ocorreu em julho/2012). O Balanço Patrimonial levantado em 30/09/2012 apresentou ainda saldo remanescente de projetos a executar no valor R\$ 25.7]85, os quais serão repassados para a Secretaria, devidamente atualizado por receita financeira que eventualmente gerar até a data de sua devolução, tão logo sejam fornecidas as instruções para a sua transferência.

b. Contrato de Gestão – 30/2008

Em 29 de outubro de 2008, foi firmado o Contrato de Gestão nº 30/2008, que teve por objetivo fomentar a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na área cultural, com ênfase nos projetos relacionados à literatura, por um período de quatro anos.

Por meio do Ofício 1.798/10, de 20 de outubro de 2010, a Secretaria da Cultura comunicou a descontinuidade do Contrato de Gestão no exercício de 2011 em razão de mudanças estruturais na Secretaria. A desmobilização de programas, transferência dos acervos e recursos, bem como a transição da gestão dos respectivos equipamentos e programas para a Secretaria da Cultura ocorreu em 30 de abril de 2011.

Repasses do Contrato de Gestão nº 30/2008	Recebidos	A Receber	Total
2008	900.000	-	900.000
2009	10.006.148	-	10.006.148
2010	7.414.320	-	7.414.320
2011	700.000	-	700.000
	<u>19.020.468</u>	<u>-</u>	<u>19.020.468</u>

c. Contrato de Gestão – 44/2010

Em 1º de setembro de 2010 foi firmado o Contrato de Gestão nº 44/2010, que tem como objetivo o gerenciamento do projeto “Oficinas Culturais do Estado” pelo período de 4 anos.

O projeto tem como atribuições: prover formação cultural à população em geral, por meio de atividades culturais, especialmente de caráter prático, adequadas aos seus interesses e vocações, com o objetivo de fomentar oportunidades de novos conhecimentos e vivências, de experimentação e de contato com os mais diversos tipos de linguagens, técnicas e ideias; gerenciar os espaços para a realização de suas atividades; oferecer oficinas de curta, média e longa duração, workshops, seminários, encontros, ciclos de palestras, etc.

O projeto tem 21 oficinas, sendo 6 na capital e 15 no interior: São José dos Campos, Ribeirão Preto, Limeira, São José do Rio Preto, Iguape, Bauru, Sorocaba, São João da Boa Vista, Campinas, Araraquara, Santos, São Carlos, Araçatuba, Marília e Presidente Prudente, sendo estas também responsáveis pelo atendimento ao público de sua região de atuação e não somente ao município em que estão localizadas.

Em 1 de dezembro de 2011 o Contrato de Gestão nº44/2010, foi aditado com vistas a incorporações de novas atividades a serem executadas no exercício de 2011, passando seu valor a ser de R\$ 72.409.800 com acréscimo de R\$ 2.409.800.

Repasses do Contrato de Gestão nº 44/2010	Recebidos	A Receber	Total
2010	10.000.000	-	10.000.000
2011	22.084.800	-	22.084.800
2012	20.325.000	-	20.325.000
2013	-	20.000.000	20.000.000
	<u>52.409.800</u>	<u>20.000.000</u>	<u>72.409.800</u>

Dos recursos previstos para serem liberados no exercício de 2011, R\$ 325.000 ocorreram somente em janeiro de 2012.

d. Contrato de Gestão – 07/2011

Em 20 de dezembro de 2011, a Poesis firmou com a Secretaria de Estado da Cultura, o Contrato de Gestão nº 07/2011, com vistas à execução de atividades e serviços a serem desenvolvidos em duas unidades de Fábricas de Cultura, localizadas no Jardim São Luis e Vila Nova Cachoeirinha, com vigência até 30 de outubro de 2015.

O Contrato de Gestão tem por objeto o fomento e a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na área de iniciação, formação e difusão de atividades artístico-culturais desenvolvidas pelas Fábricas de Cultura.

Através de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, assinado em 3 de setembro de 2012, a Poesis incorporou em seu Plano de Trabalho as atividades do Projeto Núcleo Luz.

Em 30 de novembro de 2012, através de despacho do Secretário de Estado da Cultura referente a Convocação Pública objeto da Resolução SC nº 85/2012, de 28 de setembro de 2012, a Poesis foi selecionada para gerir as unidades de Fábricas de Jaçanã, Capão Redondo e Brasilândia, mediante aditivo ao contrato de Gestão nº 07/2011, ainda em fase de formalização.

O valor global do Contrato de Gestão, já considerando os aditivos mencionados, é de R\$ 147.222.646, cujos repasses deverão ocorrer de acordo com o seguinte cronograma:

Repasses do Contrato de Gestão nº 07/2011	Recebidos	A Receber	Total
2011	8.600.000	-	8.600.000
2012	12.125.946	-	12.125.946
2013	-	35.500.000	35.500.000
2014	-	48.104.000	48.104.000
2015	-	42.892.700	42.892.700
	20.725.946	126.496.700	147.222.646

e. Contrato de Gestão – 5/2012

Em 29 de junho de 2012, a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e a Poesis celebraram o Contrato de Gestão nº 5/2012, que tem por objetivo fomentar a operacionalização da gestão e execução dos serviços prestados na área de museologia nas Casa das Rosas e Casa Guilherme de Almeida, pelo período de 4 anos e 5 meses.

Pela prestação de serviços, objeto deste contrato, será repassada ao Instituto a importância global estimada de R\$ 27.509.636, distribuída da seguinte forma nos exercícios:

Repasses do Contrato de Gestão nº 05/2012	Recebidos	A Receber	Total
2012*	3.314.716	-	3.314.716
2013	-	5.951.471	5.951.471
2014	-	6.272.132	6.272.132
2015	-	6.543.066	6.543.066
2016	-	5.428.251	5.428.251
	3.314.716	24.194.920	27.509.636

(*) Do montante recebido em 2012, R\$ 770.404 corresponde a transferência de recursos do contrato 27/2008.

Outras informações

Por força dos contratos de gestão, o Instituto está obrigado a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, o Instituto poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados.

A Administração do Instituto avalia que em 2012 as metas foram cumpridas e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura. Até o momento não houve qualquer manifestação contrária por parte da Secretaria de Estado da Cultura.

Convênios

Corresponde às parcerias realizadas junto a outras entidades para o desenvolvimento compartilhado de atividades relacionadas às operações do Instituto.

f. FUSSESP: Espaço Capacitação do Artesão

Foi firmado em 24 de março de 2011 com o Estado de São Paulo, por intermédio do Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo (FUSSESP), o Termo de Convênio nº 40/2011, com o objetivo de implementar o Projeto “Espaço de Capacitação do Artesão”, que visa à disseminação de conhecimento de artesanato especializado para o setor de moda, com a finalidade de inclusão social.

O Projeto é desenvolvido na sede da FUSSESP, localizada no Parque Dr. Fernando Costa (Parque da Água Branca), à Rua Ministro Godoi 180, São Paulo (SP).

O Convênio, com vigência prevista de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses, foi orçado em R\$ 2.071.005, sendo R\$ 1.886.754 a serem repassados pela FUSSESP à Poiesis, em 8 parcelas bimestrais. O Convênio encerrou de comum acordo entre as partes em 31 de maio de 2012.

O valor repassado no exercício de 2012 foi de R\$587.238.

g. FUSSESP: Espaço de Leitura

Em 15 de julho de 2010, foi assinado o Termo de Convênio entre o Estado de São Paulo, de nº 52.513/10, por intermédio do Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo (FUSSESP), e a Poiesis, com o objetivo de implementar a ação “Espaço de Leitura”, que visa proporcionar à população carente acesso ao mundo das letras de forma atuante e prazerosa, incentivando o desenvolvimento cultural com vistas à ampliação das oportunidades de inclusão social. A ação é empreendida também na sede da FUSSESP, no Parque Dr. Fernando Costa.

De forma contínua a ação promove atividades culturais e educativas relacionadas à leitura e à literatura no parque, garantindo acesso à cultura à população atendida por meio das entidades cadastradas no FUSSESP e ao público em geral, de forma participativa, em ambiente social e fisicamente prazeroso. Além disso, ela disponibiliza um acervo variado de livros e publicações para consulta e leitura no local, num espaço de leitura lúdico e aberto.

O Convênio foi aditado em duas oportunidades, alterando sucessivamente seu prazo de vigência, inicialmente de 12 meses, assim como seu valor de R\$ 1.460.255, dos quais R\$ 789.640 correspondentes ao valor do repasse da FUSSESP.

O 1º termo de aditamento, firmado em 14/07/2011, prorrogou seu vencimento para 31/12/2011, e aditou seu valor em R\$ 506.200, sendo de R\$ 472.450 o valor do repasse da FUSSESP à Poiesis.

O 2º termo de aditamento, assinado em 29/12/2011, prorrogou seu vencimento para 30/06/12, e aumentou o valor do convênio em R\$ 613.192, e o valor do repasse da FUSSESP para a Poiesis em R\$ 563.192. O valor repassado no exercício de 2012 atingiu R\$ 469.018.

Por ocasião do vencimento do 2º termo aditivo do Convênio nº 52.513/10, a Poiesis apresentou

projeto de ampliação das ações relacionadas a Projeto Espaço de Leitura, resultando assinatura, em 29 de junho de 2012, do Convênio nº 286/2012, com vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses.

O valor estimado para ações do Convênio nº 286/12 é de R\$ 3.113.880, sendo de R\$ 2.804.280 o valor dos repasses da FUSSESP. O valor repassado no exercício de 2012 foi de R\$ 1.201.783.

h. FINEP

Em 19 de novembro de 2010, a Poesis assinou o convênio de número 01.10.0557.00 com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública federal vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, como “Conveniente” do projeto intitulado “Implantação do Centro de Referência do Futebol Brasileiro”. Participam também do convênio como “Executores” o Instituto da Arte do Futebol Brasileiro – Museu do Futebol – IFB/MF e a Universidade de São Paulo (USP) por meio da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

O objeto do convênio é a implantação do Centro de Referência do Futebol Brasileiro, que tem como objetivos: mapear, referenciar e conectar pessoas e instituições relacionadas ao futebol brasileiro, sua memória e seu contexto histórico; democratizar o acesso ao conhecimento e estudos sobre futebol, tornando o acervo acessível por meio de biblioteca, midiateca e internet; subsidiar pesquisas e apoiar a catalogação e inventário de acervos pessoais e institucionais. Para garantir estes objetivos, o projeto consiste em: adequação de biblioteca e midiateca; desenvolvimento e implantação de banco de dados para catalogação e gerenciamento do acervo e sistema de informação e contratação de consultoria e pesquisadores bolsistas para o levantamento, mapeamento e referenciamento de indicadores da memória do futebol brasileiro.

O prazo de execução do projeto é de 24 meses contados a partir da data de sua assinatura, e seu valor total é de R\$1.154.426, sendo R\$707.666, destinados ao “Conveniente” e R\$446.760 destinados a bolsas de desenvolvimento tecnológico, a serem transferidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Do montante de R\$707.666, foram recebidos R\$629.481 em 6 de dezembro de 2010.

Em Julho de 2012 foi aprovado pela FINEP o aumento do valor do projeto em R\$ 70.999, mediante aproveitamento de rendimentos financeiros gerados pelos recursos vinculados ao convênio.

Em 18 de outubro de 2012, através de Carta Aditiva, foram prorrogados os prazos de Execução Física e Financeira e de prestação de Contas Final, respectivamente para 19 de maio de 2013 e 18 de julho de 2013.

i. PRONAC 11.7378

Em dezembro de 2011, foi recebido R\$ 300.000 ao amparo da Lei Rouanet, para execução de projeto relativo à comemoração do Ano Brasil-Itália a ser executado em 2012. O projeto foi integralmente realizado no exercício de 2012, e a respectiva prestação de contas encaminhada ao Ministério da Cultura.

7 Contas a pagar

	2012	2011
Fornecedores	133.128	55.785
Prestadores de serviços	1.094.940	603.464
Cooperativas	13.944	8.990
Obrigações Diversas	84	84.374
	1.242.096	752.613

8 Obrigações trabalhistas

	2012	2011
Salários, bolsas auxílios e rescisões a pagar	-	623.923
INSS a recolher	397.209	443.970
IRRF a recolher	126.188	120.633
FGTS a recolher	118.537	112.272
Serviços prestados por autônomos a pagar	185.919	54.838
PIS s/ folha de pagamento a recolher	19.983	15.970
ISS a recolher	8.852	18.067
Rescisões contratuais a pagar	9.024	7.150
Pensão alimentícia	74	1.826
Bolsa auxílio - Estagiários a pagar	3.750	1.722
Contribuição sindical a recolher	52	654
	869.588	1.401.025

9 Provisão para contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2012, foi provisionado o montante de R\$ 66.148 de processos trabalhistas, o qual, na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho do processo trabalhista em andamento.

A Entidade possui em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$64.615 de processos com probabilidade de perda possível, de natureza cível.

10 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

11 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Organização Social, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida em Assembleia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por estes alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

12 Receitas

	2012	2011
Recursos de contratos	40.746.453	31.431.694
Receitas de captações (relacionadas a contratos)		
Aluguel de espaço	95.691	129.676
Doações	16.415	74.373
Bilheteria	347.772	690.705
Inscrição para concursos	1.049	3.260
Outras receitas	-	669
Total de recursos de contratos	41.207.380	32.330.377
Recursos de convênios	1.827.346	2.146.507
Receitas financeiras	1.199.122	859.978
Receitas próprias	52.960	8.096
	44.286.808	35.344.958

13 Despesas com pessoal

	2012	2011
Salários, horas extras e outras	12.415.602	9.670.515
Encargos	5.069.407	4.031.093
Férias e encargos	1.810.188	1.266.780
13º e encargos	1.417.740	840.330
Benefícios	1.750.553	1.420.438
	22.463.490	17.229.156

14 Despesas gerais e administrativas

	2012	2011
Serviços de utilidade pública	826.115	795.338
Conservação e manutenção	312.147	362.135
Material de escritório e outros	378.813	409.012
Telefonia	327.497	416.113
Aluguel e Condomínio	318.043	357.245
Seguros	58.428	60.959
Viagens e estadias	9.746	64.579
Locações	170.031	35.940
Outros	692.220	316.147
	<u>3.093.039</u>	<u>2.817.468</u>

15 Serviços profissionais

	2012	2011
Serviços de limpeza e vigilância	6.028.960	4.531.742
Assessoria em T.I.	413.853	350.094
Assessoria jurídica	22.773	97.888
Assessoria contábil	335.302	165.616
Outros serviços especializados	245.644	781.772
	<u>7.046.532</u>	<u>5.927.112</u>

16 Produção cultural

	2012	2011
Serviços Artísticos	6.526.580	5.051.417
Serviços Técnicos de produção	1.058.884	147.139
Cooperativas	227.974	373.766
Material de Produção	903.237	456.970
Aquisição de acervo	200.135	31.290
Direitos autorais	69.955	85.192
Outras Despesas com Produção Cultural	503.771	241.060
	<u>9.490.536</u>	<u>6.386.834</u>

Nessa conta encontram-se todos os gastos com o desenvolvimento e execução das atividades culturais nos equipamentos geridos, tais como exposições, saraus, palestras, cursos, oficinas, recitais, peças de teatro, shows musicais, ou seja, eventos de incentivo à poesia, à literatura e às diversas áreas de produção artística e cultural. Estão incluídas nessa rubrica a contratação de profissionais autônomos, como curadores, artistas, professores, entre outros, e contratação de serviços diversos e compra de materiais para suporte aos profissionais contratados.

17 Instrumentos financeiros

A Organização Social opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem

aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Organização Social não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2012, a Organização Social esta sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Organização Social irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Organização Social na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Organização Social.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Organização Social, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Organização Social. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de juros

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Organização Social centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

18 Cobertura de seguros

A Entidade contratou seguros para proteção de seu patrimônio de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica.

A Entidade contratou ainda seguros para proteção dos prédios da Casa das Rosas, da Casa Guilherme de Almeida e das Oficinas Culturais do Estado.

Os montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos, exceto quanto ao seguro multirrisco para os bens do patrimônio histórico, artístico e cultural, que é contratado em modalidades específicas para quando se tratar de projetos culturais que impliquem em empréstimo a organizações nacionais ou internacionais, para exibição em mostras, exposição e outros eventos, em virtude de intercâmbio ou não, conforme estabelecido no Contrato de Gestão nº 27/2008.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma

auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

Clovis de Barros Carvalho
Diretor executivo

Plinio Silveira Correa
Diretor Administrativo Financeiro